



1485 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 21 - Trabalho e Educação

Educação Média e Profissional na estrutura social: perspectivas sobre suas funções e sinuosidades
Aline Arantes do Nascimento - UEL - Universidade Estadual de Londrina
Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

O texto expõe o contexto político e ideológico da política educacional relativo à educação básica praticada no Brasil, para além do próprio teor desenvolvimentista promovido e que se pretende com a formação elementar e profissional, norteadas pelos documentos de organismos multilaterais nas políticas educacionais. O problema de pesquisa é: “Que implicações traz o contexto político-ideológico das políticas educacionais para a trajetória dos estudantes e trabalhadores da Educação Média e Profissional?”. A abordagem metodológica é o Materialismo Histórico Dialético. No seu desenvolvimento, foram utilizadas pesquisa e discussão bibliográfica. O ano de 2017 é marco temporal desta pesquisa. Constatou-se que o propósito de publicidade na educação média, associando-a ao técnico, tem um único objetivo: o aperfeiçoamento da produtividade para alicerçar o país, o que implica sujeitar a educação a se estruturar para atender a tal propósito e não para buscar seu sentido social universal. Assim, conclui-se que tanto a educação Média como a Profissional carregam projetos societários para atender a demandas de modelos econômicos de gestão que prescindem da função basilar da educação como direito.

Palavras-chave: Ensino Médio. Formação Profissional. Organismos Multilaterais.

Introdução

Este texto é parte de reflexões desenvolvidas em pesquisa de mestrado em Educação. Objetiva compreender a política educacional para a Educação Profissional praticada no Brasil, desvelar seu contexto político e ideológico e levantar orientações expressas nos documentos normativos, explicitando suas implicações para a profissionalização dos jovens. Neste sentido, pretende explicitar a tendente acentuação dos interesses de blocos dominantes de poder na sociedade brasileira com o uso do processo educacional nacional para cumprir tal expectativa, compreendida em documentos encomendados ao Banco Mundial pelos próprios dirigentes políticos do Brasil. Tal propósito atrai para si reformas previdenciárias, educacionais e de contenção e congelamento de cargos, salários e orçamentos, sobretudo do setor público, em universidades e repartições administrativas. Em função disso, buscou-se trazer, ao campo de análise, pontos importantes de identificação do período de governo atual de Michel Temer, que se entrecruza com a orientação de documentos de organismos internacionais, como o Banco Mundial, e os dados apresentados no Censo Escolar de 2017. Desse modo, o ano de 2017 é marco temporal desta pesquisa. Valemo-nos, neste trabalho da divulgação dos dados do Censo Escolar do MEC para o ano de 2017 e do recente documento do Banco Mundial “Competências e emprego uma agenda para a juventude”, com o intuito de examiná-los e confrontá-los, a fim de proceder a uma análise da educação Média e Profissional no país.

Tendo em vista o constructo que se estabelece sobre a Educação Básica, perguntamos: “Que implicações traz o contexto político-ideológico das políticas educacionais para a trajetória dos estudantes e trabalhadores da Educação Média e Profissional?”.

Como método, utilizamos o Materialismo Histórico Dialético e, para a obtenção dos dados documentais, centramo-nos na legislação, na pesquisa e na discussão bibliográfica. Por esta abordagem, entende-se que “a produção das ideias, das representações, da consciência está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real” (MARX; ENGELS, 2009, p. 31), diante da realidade, a fim de transpor os elementos que estão no plano das ideias do homem. Pensar o materialismo como método nos é possibilitado quando este

[...] está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto [...] este constitui-se numa espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos (FRIGOTTO, 2010, p. 77).

Os fenômenos são como cenários em que versam as mais variadas situações da vida histórica. Assim, “O fenômeno, ao indicar algo que não é ele mesmo, vive graças à contradição com a essência” (CURY, 1995, p. 23), a qual, por sua vez, “é objeto da dialética [...] ela não é imediatamente manifesta ao sujeito e sua capacitação só é possível através de suas manifestações” (CURY, 1995, p. 23) no fenômeno.

O cenário que a escola brasileira (fenômeno) atravessa está assentado na conveniência que os grupos que a orientam imprimem sobre ela, cabendo à pesquisa a possibilidade de desvelar a essência manifesta recorrentemente nas mídias sociais, na legislação, nas propostas dos grupos dominantes, nos órgãos e instâncias responsáveis pela educação, motivo pelo qual se justifica a reflexão que aqui apresentamos. Constatou-se haver forte influência de ideias externas no direcionamento da educação, e exemplo disso são as sugestões do Banco Mundial sobre a educação Média e Profissional. As noções que orientam tais dispositivos encaminham um todo ideológico que busca manter e alinhar a formação escolar a processos hegemônicos globalizantes.

Para expor tais ideias, apresentamos, num primeiro momento, o contexto em que se desenvolvem as principais alterações na política para o Ensino Médio e Profissional, explicitando as ideias ou intenções que se transformaram em relatórios, prescrições, e, em momento avançado, se consolidaram em leis e medidas provisórias reformistas que têm readequado diferentes setores administrativos como educação, saúde e seguridade social, com o pretexto de melhorar as condições organizacionais e burocráticas desses setores no país.

Num segundo momento, explanamos sobre o Ensino Médio e a Educação Profissional, apontamos como ambos têm sido representados no contexto de elaboração dos relatórios e dados estatísticos recomendados pelo Banco Mundial para discutir como as ideias deste corroboram o projeto de sociedade neoliberal. Esclarecemos, ainda, quais adversidades esta questão gera à organização social do país em sentido político, burocrático e ideológico.

Contexto político de desenvolvimento das alterações na política para o Ensino Médio e Profissional

Historicamente, as relações econômicas estão no centro das decisões para a sociedade, e, nesta posição, direcionam as políticas sociais. Em geral, no país, compreende-se que seu “lugar” é no plano político-econômico do neoliberalismo. O contexto em que se desenvolvem as principais alterações na política para o Ensino Médio e Profissional apresentados atualmente pelos dados do Censo Escolar de 2017, demonstra flexibilização do trabalho, metas de promoção do crescimento econômico, propósitos para a educação formal e para o ensino técnico, por exemplo, o que pode ser observado, massivamente, no atual governo Michel Temer. Motta e Frigotto (2017, p. 365) contextualizam o momento político no país, expressando que:

O momento brasileiro é de uma crise aguda que insere medidas econômicas e políticas ofensivas que afetam fundamentalmente nossos muitos milhares de jovens da classe trabalhadora. Com isso, as burguesias dominantes asseveram os mecanismos internacionais, introduzem um conjunto de políticas que conformam a conjuntura [...].

Este contexto de proposições políticas se tangencia nas políticas educacionais das escolas brasileiras, pois se tem a compreensão de que a instituição primeira que coloca o homem na estrada de evolução formativa social é a escola. Enguita (1989, p. 105) afirma que: “Sempre existiu algum processo preparatório para a integração nas relações sociais de produção, e com frequência, alguma outra instituição que não a própria produção em que se efetuou esse processo”, na escola. Tem-se, assim, um protótipo de elaboração das necessidades a que o sujeito precisa corresponder para (con)viver em sociedade.

Ocorre que o cenário da educação que se apresenta para que tais propostas sejam recomendadas não se compatibiliza com o comprometimento de contrabalançar as desigualdades do sistema educacional. Salomé, Carvalho e Soares (2017, p. 85) comentam que:

A forma como a educação se estrutura, pouco contribui para reduzir as desigualdades existentes nos países, esse formato faz com que se perca a potência articuladora, isolando os entes federados, causando abismos e contrastes de toda a ordem, sobretudo pelas diferentes políticas e orientações adotadas por estes, as quais vinculam -se ao projeto ideológico adotado pelo governante.

O que fica claro é que o espaço da escola manifesta os efeitos do que as atuais propostas de governo explicitam, consolidando a aceitação, ainda que com resistência popular, da reforma do Ensino Médio pela Lei nº 13.415/2017. Outra situação que tem impactado a política educacional média e profissional, descrita por Ferretti e Silva (2017, p. 392) sobre o período recente é que:

[...] remete ao neoliberalismo mais regressivo cuja referência principal é a modernização tecnológica, no plano da produção, aliado ao capitalismo financeiro. A preocupação com a coesão social praticamente desapareceu, ainda que alguns programas dos governos anteriores permaneçam, todavia sem a mesma ênfase e até mesmo com restrições. Do ponto de vista educacional retoma-se, com a MP nº 746 e com a BNCC, a formação por competência, não valorizada no governo Lula.

A corrente econômica neoliberal, proposição de sequentes reformas, emendas e medidas provisórias tem se mostrado mais severa, provocando junto à população uma acirrada animosidade, sobretudo de vertente política, o que se configura como um empecilho para a promoção do diálogo para discussão de pautas importantes, a exemplo do que ocorre com estas reformas.

Uma ação comum do neoliberalismo que se encontra em documentos de organismos internacionais é a recomendação da privatização. É o que se evidencia na Lei nº 13.415/2017, proposta que interfere na educação média, já que, nela, proclama-se a passagem da oferta deste nível de ensino para a iniciativa privada. Vejamos:

Como a lei que reforma o ensino médio deixa aberta a possibilidade das atividades de formação técnica profissional, vivências e experimentação poderem ser executadas de forma terceirizada, abre-se um campo gigantesco para a iniciativa privada invadir o ensino público e ditar, em alguns casos, as regras de desenvolvimento desta etapa em nome “dos interesses do mercado”. (SALOMÉ; CARVALHO; SOARES, 2017, p. 96).

Assim, na perspectiva de fundamentar política educacional, Ensino Médio e proposições das recomendações neoliberais, há uma teia tão

bem estruturada que não permite questionamento. Isso porque, comumente, os ditames deste conglomerado político-ideológico são proclamados, aceitos e praticados com retidão pelos países clientes do Banco Mundial.

No Brasil, não é diferente. O Ensino Médio, que é a etapa final da educação básica que prepara o jovem brasileiro para o ensino superior e à carreira profissional, é palco de importantes discussões e tentativas de implementação de políticas que visam à sua melhoria. É o que se pode observar nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, Parecer nº 05/2011, que se referem à importância desta etapa de ensino na formação do jovem que principia sua jornada de trabalho no país.

Para alcançar o pleno desenvolvimento, o Brasil precisa investir fortemente na ampliação de sua capacidade tecnológica e na formação de profissionais de nível médio e superior. Hoje, vários setores industriais e de serviços não se expandem na intensidade e ritmos adequados ao novo papel que o Brasil desempenha no cenário mundial, por se ressentirem da falta desses profissionais. Sem uma sólida expansão do Ensino Médio com qualidade, por outro lado, não se conseguirá que nossas universidades e centros tecnológicos atinjam o grau de excelência necessário para que o País dê o grande salto para o futuro (BRASIL, 2011, p. 01).

Deste modo, o desenvolvimento de capacidade tecnológica para fomentar setores industriais vê no Ensino Médio um caminho para otimistas oportunidades de crescimento. O mesmo ocorreu com o Decreto nº 5.154/2004, que passou a integrar o Ensino Médio à Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Consequentemente, novas orientações para a educação média e profissional se fizeram presentes, estabelecendo rumos para a formação de seus sujeitos “[...] na perspectiva de propiciar aos trabalhadores o contínuo e articulado desenvolvimento profissional e consequente aproveitamento de estudos realizados no âmbito dos cursos técnicos de nível médio [...]” (BRASIL, 2012, p. 2004).

Assim, ambas modalidades de ensino são representações de continuada ebulição sobre as finalidades sociais que lhes dizem respeito. Elas expressam tensões políticas, uma vez que se referem ao tipo de formação que se pretende para estudantes e jovens que vão adentrar o mercado profissional. Ferretti e Silva (2017, p. 389) explicam que

A política educacional do governo FHC relativa ao ensino médio e à educação profissional como modalidade deste foi marcada pela adesão à perspectiva, muito presente na época, de que a educação básica, especialmente o ensino médio, se pautasse pelas transformações ocorridas no campo do trabalho em função dos rearranjos promovidos pelo capital, em âmbito internacional, para fazer face às crises da década de 1970.

Como se percebe, a política para a educação média e, também, profissional, desde o governo de FHC (1995 a 2003) foi e permanece encaminhada ao passo de orientações para a produção, para o trabalho, para versões que assimilem um contexto de economia. Portanto, a perspectiva é levada a um nível macro. Foi neste período que houve expressiva abertura à iniciativa das recomendações de organismos multilaterais nos setores do Estado. Nos dias atuais, observa-se um aperfeiçoamento, mais convincente e coercitivo, na inserção destas recomendações no campo da educação. A Educação Profissional, enquanto prática social, apresenta-se, segundo Manfredi (2002, p. 50), como “uma realidade condicionada, determinada e não condicionante de qualificação social para o trabalho e para o emprego”, isto é, não é a educação profissional premissa para o alcance de trabalho e emprego, embora seja submetida a normas e demandas de macros processos da conjuntura da geração de emprego e produção do trabalho.

Em contrapartida à perspectiva da Educação Profissional como potencial meio de qualificar mão de obra, com base em Manfredi (2002, p. 51), acrescenta-se outra questão, a da escola para “grupos seletos”.

Se, hoje, o imaginário social entende a escola como uma instituição que tem por função preparar os jovens para o ingresso no mercado de trabalho, historicamente, a constituição da escola não esteve vinculada à formação para o trabalho. Institucionalmente, ela foi criada para preparar grupos seletos de pessoas para o exercício do comando, do poder e da direção social.

Com tal característica, a escola tem-se voltado para classes mais abastadas, cujo destino, em geral, está programado para “postos superiores”, que a maioria não poderá ocupar. Observa-se, então, que o balanceamento entre profissionalização e a tendência a prestigiosos postos de trabalho não se faz de modo equivalente. Mesmo os fortes indícios de desenvolvimento tecnológico, que poderiam impulsionar a igualdade de acesso a uma escolarização melhor qualificada, não a garantem (MANFREDI, 2002). Isso demonstra um cenário dicotômico, que nos induz a perguntar: Qual é, realmente, a função social da escola? Esta instituição, de fato, atua no caminho da igualdade de acesso, da democracia e do direito?

Ao longo deste texto, mencionamos várias vezes a instituição Banco Mundial. A fim de melhor entendermos seu papel em alguns setores nacionais, esclarecemos que se trata de uma agência financeira internacional surgida em 1944, que “assume o papel estratégico, em nome de credores internacionais, de orientar as reestruturações econômicas e garantir políticas de reajuste econômico dos países em desenvolvimento” (SALOMÉ, CARVALHO E SOARES, 2017, p. 89). O Banco também se concatena com países desenvolvidos que se utilizam de suas recomendações, que não são dadas sem contrapartida. Assim, em troca de apoio fiscal, econômico e social, as nações se comprometem a atender às prerrogativas de sua agenda, o que implica segui-la severamente, sobrecarregando as políticas nacionais com medidas punitivas, em geral, para as classes mais baixas que sofrem as consequências, porém, de modo não explícito a curto prazo.

No campo da educação, em março de 2018, foi disponibilizado pelo Banco Mundial o relatório intitulado *Competências e Emprego: uma agenda para a juventude: Síntese de constatações, conclusões e recomendações de políticas*. O documento afirma que, apesar dos observáveis progressos sociais nas últimas décadas, ainda não foi possível eliminar a exclusão social. Este referido relatório aponta dois grupos urgentes em sua meta de inclusão, quais sejam: os “Jovens mais desconectados sob os pontos de vista geográfico, econômico e social”, e o segundo relativo a “[...] ventos contrários ao crescimento econômico que sopram mais fortemente à medida que a população envelhece” (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2018, p. 05).

Isso revela o receio de que, na medida em que novos índices demográficos forem sendo atualizados, com maiores indicadores de vida da população idosa, a população mais jovem não alcance, com sua produção, os níveis esperados para o crescimento econômico mundial comparado aos demais países. Ainda mais, se esta população ativa para o trabalho não possuir perfil profissional que corresponda às demandas do mercado internacional. O relatório compara índices medianos a “ondas”, pelas quais o país deve “surfear” para alcançar a superação de metas de inclusão, anteriormente mencionadas.

Equipado com políticas de competências e empregos sólidos e adequados especialmente para os jovens, o Brasil pode superar a posição de renda média surfando essa onda. A alternativa é que essa onda quebre e afunde a perspectiva do país de atingir novos níveis de prosperidade compartilhada (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2018, p. 05).

Aparentemente, este argumento tenta justificar e reiterar, para o presente momento social, a atenção que se tem dado à educação da juventude, numa pauta tão recorrente como se tem presenciado desde 2016 com Medida Provisória que culminou com a Reforma do Ensino Médio pela Lei nº 13.415/2017. Fala-se aqui do novo regime fiscal instituído pela emenda constitucional 95/2016, que pôs teto aos gastos públicos e, também, da pauta acelerada da reforma da previdência, quando se afirma ter havido demasiada ênfase em gasto público com idosos, alegando-se, ainda, que tais gastos agora necessitam de uma revisão na pauta da seguridade social. As indicações reveladas pelo Banco Mundial com suas ideias para a educação média expressam o objetivo de promoção de sua agenda para o setor econômico, ao defender que:

[...] para conduzir o país a níveis mais elevados de renda e a uma sociedade mais equitativa, os líderes do Brasil terão de colocar os jovens no centro de uma ambiciosa agenda de reformas de políticas relativas a competências e empregos (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2018, p. 05).

Tal posicionamento evidencia o quão longe vai seu projeto de sociedade neoliberal, sendo este o caminho promissor de cumprimento de sua agenda, pela via da educação da juventude. Outra indicação das ideias do Banco Mundial é que revisar a posição dos jovens no mercado de trabalho e melhorar suas competências é ponto importante para “As expectativas de um crescimento econômico moderado a médio prazo” (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2018, p. 05).

Motta e Frigotto (2017, p. 364) explicam que, de modo comum entre os organismos multilaterais, estes “[...] difundem a ideia de que os pobres atravancam o crescimento econômico, pois podem criar instabilidades políticas que afetam as boas condições de acumulação do capital”. Esta ideia permite compreender o interesse por incluir a profissionalização de jovens como meta urgente em sua pauta e surfar contra o envelhecimento frenético da população que causa, segundo o documento do Banco Mundial, o retrocesso do crescimento econômico.

Nora Krawczyk (2014, p. 22) comenta que “com bastante frequência, a mídia afirma que o ensino médio brasileiro está em crise ou, em um tom mais alarmante ainda, fala do ‘apagão’ do ensino médio”. O volume de dispositivos legais criados desde os anos 1990 os quais deliberavam sobre políticas para o Ensino Médio, ressaltados na análise de (KRAWCZYK, 2014), também ilustra esta postura estratégica da educação. A autora ainda contribui para esse pensamento ao afirmar que:

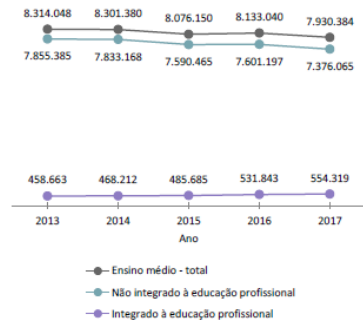
A prioridade dos tempos políticos e a invasão de informações negativas sobre o desempenho das escolas públicas criam condições – como em outros momentos – para soluções rápidas e até mágicas, tanto, para a escola quanto para o futuro dos jovens (KRAWCZYK, 2014, p. 22).

Sua análise realizada em 2014 não impede que se aponte a menção à Reforma do ensino médio em 2016 e 2017 sobre “soluções rápidas”. Para o ano de 2018 (mas já anunciado desde 2016), a educação, apesar da necessidade constante de enfrentar desafios próprios de mudanças culturais e de melhorias com relação à forma de oferta à população jovem, tem tido de lidar com a PEC nº 241/2016 transformada na Emenda Constitucional nº 95/2016, que estabelece um teto para gastos públicos, dentre os quais os que se referem à educação. Nesta proposta, o crescimento com gastos públicos é limitado pelos índices de inflação. Além dela, há outras pautas em tramitação como a Reforma da Previdência, que, na Câmara dos Deputados, se apresenta como PEC 287/2016. Segundo lideranças do governo, esta pretende equilibrar as contas públicas e ajustar a Previdência Social, rever direitos trabalhistas, terceirizar serviços e discutir a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, mediante a assinatura de um decreto executivo pelo presidente Michel Temer, delegando a gestão da segurança pública, que é feita pelo Estado, ao governo federal até o dia 31 de dezembro de 2018. Todas estas medidas geraram tensões entre a população, impactaram e acenderam movimentos sociais para objeções constantes.

É importante verificar como tem ocorrido a tentativa de apresentar o Ensino Médio como uma etapa educativa derrotada e ultrapassada, que não atende aos interesses necessários ao momento histórico e político do Ensino Médio, Também é considerável, analisar como este é apresentado nas estatísticas do Censo Escolar 2017, cujos dados foram divulgados parcialmente no final do mês de janeiro de 2018. A

respeito do número de matrículas no Ensino Médio, observemos o que revela o gráfico 1.

Gráfico 1 – Número de matrículas no ensino médio (total, não integrado e integrado à educação profissional) - Brasil 2013-2017.



Fonte: Censo Escolar 2017

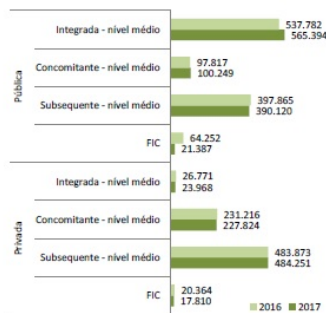
As matrículas para o Ensino Médio entre 2016 e 2017 tiveram uma redução de 202.656 mil estudantes. Esta tendência de queda seguiu para o Ensino Médio, integrado ou não à Educação Profissional. O documento do Censo Escolar (2018, p. 14) reitera que:

A matrícula do ensino médio segue a tendência de queda observada nos últimos anos que se deve tanto a uma redução da entrada proveniente do ensino fundamental (a matrícula do 9º ano teve queda de 14,2% de 2013 a 2017) quanto pela melhoria no fluxo no ensino médio (a taxa de aprovação do ensino médio subiu 2,8 p.p. de 2013 a 2017).

Ao se intencionar melhorar as condições da qualidade do Ensino Médio e o desempenho dos estudantes, crê-se ser importante mais adequação às exigências para o trabalho, ou seja, preparar melhor pessoas com maior valor em capital humano[1] para oferecer. No conjunto da obra, indivíduos dotados de notáveis qualidades para o mercado de trabalho elevam, por consequência, o círculo produtivo do próprio mercado econômico. Nesta perspectiva, o Banco Mundial é o responsável por reforçar esta concepção de capital humano com disseminação massiva na totalidade da sociedade.

O Gráfico número 2 demonstra o número de matrículas da Educação Profissional por rede de ensino e tipos de curso entre os anos de 2016 e 2017. Os cursos de nível médio integrado, na rede pública, tiveram os maiores índices de matrícula em relação à rede privada. Foram 565.394 mil matrículas contra 23.968 mil respectivamente, no ano de 2017, durante o qual, com 21.387 mil matrículas, a quantidade de cursos FIC foi mais baixa em relação ao ano de 2016.

Gráfico 2 – Número de matrículas na Educação Profissional por rede de ensino e tipo de curso (integrado, concomitante, subsequente e cursos de formação inicial e continuada) 2016-2017.

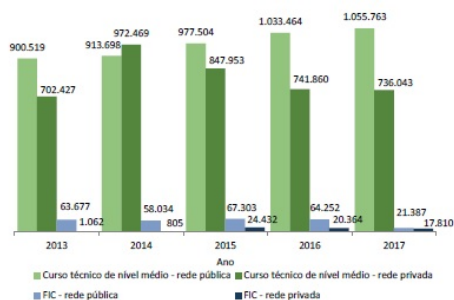


Fonte: Censo 2017

Já os cursos subsequentes ao ensino médio tiveram maiores índices de matrícula na rede pública com diferença de 94.131 mil matrículas no ano de 2017 e uma diferença na rede privada relativamente pequena entre os anos de 2016 e 2017, de 378 matrículas. Para cursos técnicos de nível médio e formação continuada apresentados no Gráfico 3, no ano de 2017, percebe-se maior número de matrículas na rede pública que o gráfico anterior, com a menor quantidade de matrícula de 900.519 mil.

Em relação ao Ensino Médio, pode-se observar intensa atenção a cursos técnicos tanto integrados quanto subsequentes que contribuem para solidificar a proposta de desenvolvimento econômico por meio da mão de obra da juventude. A mesma importância também tem sido dada a cursos técnicos de nível médio de formação inicial e continuada. Observemos o gráfico 3.

Gráfico 3 - Número de matrículas em cursos técnicos de nível médio e em cursos de formação inicial e continuada por rede de ensino - Brasil 2013-2017



Fonte: Censo Escolar 2017

Nota-se, ainda, que houve um constante predomínio de procura por cursos técnicos de nível médio na rede pública de 2015 até 2017, chegando à casa dos milhares. Os cursos FICs tiveram, como registrado no Gráfico 3, baixos índices de procura, chegando a diminuir de 2016 para 2017, 42.865 matrículas.

A orientação voltada para reformar o Ensino Médio, garantindo-lhe autoimagem positiva para alavancar a qualidade da formação profissional das massas apresenta propostas que parecem querer desconstruir o projeto de educação média integrada para pôr no lugar um ensino enviesado e, novamente, tecnicista.

Aparentemente disposto a participar deste projeto, o empresariado, desde os anos 1990, passou a ocupar expressivo espaço no campo da educação. Para isso, tem compactuado, sobremaneira, com as propostas do Banco Mundial no caminho do neoliberalismo de Terceira Via, no processo de “corresponsabilizar-se” com a educação pública. “Visando a consolidação de um suposto modelo capitalista de ‘face humana[...]’ (MARTINS, 2009, p. 60-61). Cumpre salientar que no entender do Banco Mundial, a educação “não consegue” por si só administrar a burocracia estatal taxada de onerosa e expressa no documento “Brasil um ajuste justo”, “[...] Os déficits fiscais brasileiros são altos e a dívida pública do país encontra-se em uma trajetória insustentável” (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 17). Nesta via, o empresariado tem-se beneficiado econômica, social e politicamente por isenções fiscais, contenção de cobranças tributárias, aumento de renda, da força de trabalho do profissional formado etc. Importante destacar que esta atuação, como qualquer ação do homem em sociedade, é política, com objetivo econômico, e isto está para além do sentimento de “coparticipação” ou de intenção de salvaguardar o interesse público como fundamento singular de sua proposta de atuação. Ferreti e Silva (2017, p. 388) contribuem para esta reflexão dizendo que:

À sociedade política cabe o exercício do comando por meio do governo jurídico ou da coerção por deter o monopólio legal da violência. Ambas as instâncias mantêm entre si independência relativa, mas constituem um bloco histórico e atuam, em conjunto, como tal, no sentido de fortalecer junto aos setores sociais, que são objeto da disputa hegemônica, formas de conceber o mundo (reforma intelectual) e de conduzir-se de maneira coerente com tal concepção (reforma moral).

Na contrapartida, o aparato público é carregado de responsabilização por uma possível ineficiência devido a despesas públicas. São sobretudo estes grupos que conduzem e recomendam as propostas para a educação básica nesta década próxima aos anos 2020, junto aos organismos internacionais, deferindo o tipo de formação, assumindo o modelo de ensino que a educação nacional sustentará e, dividindo, ainda que timidamente, o gerenciamento de níveis e modalidades da educação básica, com base nas estatísticas do Censo 2017. A educação pública ainda possui considerável número de matrículas em todos os níveis de ensino, embora a rede privada esteja locada em todos. O documento do Banco Mundial afirma que:

Se a educação básica e o sistema de desenvolvimento de competências estiverem preparados para atender às demandas dos empregadores, os jovens terão maior chance de acompanhar as mudanças e atendê-las. Assim como o envelhecimento da população, isso transfere o peso da urgência da agenda jovem do objetivo de inclusão social para o da produtividade e do crescimento econômico (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2018, p. 09).

É veemente explícito o propósito aplicado à produtividade, feito com o aperfeiçoamento de capital humano técnico e tecnológico, adquirido desde a educação básica, e ratificado pela “açoitada” má administração do envelhecimento da população do país em décadas anteriores. Isto posto, o documento determina: “Portanto, a aquisição de competências na escola, bem como no mercado de trabalho, torna-se parte do capital humano do Brasil e determina as perspectivas de produtividade e inclusão” (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2018, p. 09). Assim, delegam à educação básica nacional a responsabilidade de determinar o projeto de crescimento econômico do país, incumbindo-se de formar pessoas para unilateralmente fornecer índices ideais em rankings que colocarão o país em postos econômicos e que se findam num ciclo vicioso de produtividade pela produtividade e para grupos distintos e determinados.

Os gráficos das matrículas no Ensino Médio e Profissional demonstraram que são morosos os índices por ano em que a educação

fundamental e média logra a atender aos alunos com máxima efetividade. Os organismos internacionais presentes na educação há cerca de 20 anos têm norteado e influenciado significativamente o projeto de sociedade empregado pela própria escola. Integrar a educação em processos globais, atuar na aproximação do ensino a contextos de produtividade, de competências e gerenciamento são ações famigeradas no contexto dos programas escolares destinados à população jovem que atualmente frequenta a escola. É esta, sem dúvida, a realidade para muitas escolas brasileiras que impacta a educação do trabalhador, com precarização de postos de trabalho, dissolução dos direitos trabalhistas, redução de condições adequadas de trabalho de docentes, remoção do currículo escolar médio de importantes disciplinas que embasam o acesso ao conhecimento acumulado e à formação política e sociológica, transformando a educação média e profissional em “apêndice” favorável à pauta austera de projetos dominantes.

O que não se pode perder de vista é que a função da escola não deve estar na dependência do discurso complacente em favor da obediência ao mercado. A educação, como outros setores do Estado, ao final de seu processo formativo, entregará para a sociedade e, também, ao mercado um ser social com capacidades psíquicas, culturais, humanas e comportamentais, e é para este fim que deve se pretender a formação do jovem e do adulto que procura por qualificação.

O processo de recebimento de estudantes para que, ao iniciarem a jornada da educação básica, sobretudo pública, até o final do Ensino Médio e continuar sua trajetória educacional e profissional, é permeado por projetos de educação e ensino. E a depender do projeto que foi configurado com base em qualquer modelo de conselho, técnica, recomendação, articulação etc., isso incide na formação humana das pessoas. Pensar a escola enquanto espaço e a educação enquanto “a serviço de”, sugere a passagem de Marx e Engels (2011, p. 43) que afirmam que:

Se as circunstâncias em que este indivíduo evoluiu só lhe permitem um desenvolvimento unilateral, de uma qualidade em detrimento de outras, se estas circunstâncias apenas lhe fornecem os elementos materiais e o tempo propício ao desenvolvimento desta única qualidade, este indivíduo só conseguirá alcançar um desenvolvimento unilateral e mutilado.

As discussões sobre a melhoria das condições da qualidade, a evasão e a formação de docentes do Ensino Médio parecem esbarrar na tentativa de não forjar uma educação básica de caráter unilateral e mutilado e, na consequência dos reveses da trajetória escolar de milhões de estudantes do país, não infringir o direito à formação para o trabalho democrático e digno.

Considerações Finais

À luz das orientações estipuladas em documentos elaborados pelo Banco Mundial e os dados do Censo Escolar, divulgados anualmente pelo INEP, este texto procurou produzir uma compreensão sobre o teor político- ideológico que se tece, sem ser, porém, visível, se não a contrapelo, pelas orientações dos organismos internacionais. Postas em prática, tais orientações impactam na educação do trabalhador (re)definindo o papel que as políticas educacionais devem cumprir na oferta de ensino para jovens e/ou adultos em fase de formação e/ou qualificação.

A educação brasileira, sob os moldes das proposições do Banco Mundial, possui forte propósito de formação de jovens para o desenvolvimento produtivo do mercado econômico, justificado pelo aumento no número de segurados pela previdência social ao longo dos anos, induzindo-nos a crer, por esta via, ser este o caminho para a democracia. Porém o que se percebe é que primeiro a educação concede resultados para o crescimento econômico, e, em segundo plano, a educação, enquanto função social e de direitos, indica resultados paulatinos, que aumentam de ano para ano, sem que isso, no entanto, implique a erradicação do analfabetismo, ou que todos os jovens em idade escolar estejam frequentando a escola ou que a qualificação profissional seja espaço de formação criativa para o desenvolvimento da profissão escolhida pelo sujeito e não o contrário, que a profissão “o tenha escolhido”, no sentido de que só haja uma única opção de subsidiar sua existência, submetendo-se a condições de formação e trabalho impostos pela agenda econômica global. O percurso da educação no Brasil, como se vê, assemelha-se a uma *via crucis*. Sinuosa, pois entre a racionalidade de sua função social basililar e o projeto que esta se põe a servir há certa imprecisão que descompromete profusamente sua lógica político-educacional.

Não obstante o momento que o país atravessa, diante de uma crise política, de acirramentos e polarizações, há que se vislumbrar esforços por perspectivas de transformações. A participação e incentivo da sociedade em se inteirar e insistir em praticar novos rumos de formação educacional e profissional que reflitam as determinações impostas são importantes para a continuidade de estudos e pesquisas que possam se comprometer a levar criticidade aos projetos contrarreformistas que o país está vivenciando.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo escolar 2017**: Notas estatísticas. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_Censo_Escolar_2017.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 05**, de 04 de maio de 2011. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, v. 1, 2011. p. 01-64. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9915-pceb005-11-1-1&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 16 mar. 2018

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11**, de 09 de maio de 2012. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: Ministério da Educação, v. 1, p. 01-68, 2012. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 16 mar. 2018

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ENQUITA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola**: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FERRETTI, Celso João. SILVA, Monica Ribeiro da. **Reforma do Ensino Médio no contexto da medida provisória no 746/2016**: estado,

currículo e disputas por hegemonia. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 139, p.385-404, abr.-jun., 2017. Disponível em:<
<http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00385.pdf>> Acesso em: 16 mar. 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O Enfoque da Dialética Materialista Histórica na Pesquisa Educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 12 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010. p. 71-90.

GRUPO BANCO MUNDIAL. **Competências e Empregos**: uma agenda para a juventude: síntese de constatações, conclusões e recomendações de políticas. Brasil: Grupo Banco Mundial, 2018. Disponível em:<
<http://documents.worldbank.org/curated/pt/953891520403854615/pdf/123968-WP-PUBLIC-PORTUGUESE-P156683-CompetenciasEmpregosUmaAgendaparaaJuventude.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

GRUPO BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo**: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Brasil, 2017. Disponível em:<
<http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2018

KRAWCZYK, Nora. **Ensino Médio**: Empresários dão as cartas na escola pública. Educ. Soc., Campinas, v. 35, n. 126, p. 21-41, jan-mar. 2014. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/es/v35n126/02.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, André Silva. **A direita para o social**: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre Educação e Ensino**. Campinas: Navegando, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular. 2009.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Por que a urgência da reforma do Ensino Médio?** Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº 139, p. 355-372, abr.-jun. 2017. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00355.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

SALOMÉ, Josélia Schwanka; CARVALHO, Marcio Bernardes de; SOARES, Neuzita de Paula. **Banco Mundial e Educação**: a Interferência dos Organismos Internacionais nas Políticas Educacionais Brasileiras. Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, Curitiba, v. 12, n. 32, p. 89-100, set./dez. 2017.

[1] O capital humano é uma teoria disseminada por Theodore W. Schultz, economista estadunidense da Universidade de Chicago, nos anos 1950. A teoria postula uma concepção de recurso ou desenvolvimento humano que, ao ser atribuído às pessoas, lhes concede capacidades e habilidades para o trabalho a ser executado. Nas palavras de Frigotto (2015, p. 11) o capital humano pode ser entendido “[...] como o estoque de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e níveis de saúde que *potenciarão* a força de trabalho das diferentes nações”. Frigotto (2015, p. 11) explica ainda que sua tese foi a de que “[...] países, ou famílias e indivíduos, que investissem em educação acabariam tendo um retorno igual ou maior que outros investimentos produtivos. Por essa via, se teria a chave para diminuir a desigualdade entre nações, grupos sociais e indivíduos”.